

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.321
Preferenciais	0
Total	4.321
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	31/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2017	Ordinária		0,70024
Assembléia Geral Extraordinária	30/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2017	Ordinária		0,68330
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/04/2017	Dividendo	05/06/2017	Ordinária		5,28110

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.207.029	1.170.957
1.01	Ativo Circulante	113.145	409.814
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.787	76.312
1.01.03	Contas a Receber	21.312	20.783
1.01.03.01	Clientes	21.312	20.783
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.431	17.557
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.431	17.557
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.385	1.457
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.230	293.705
1.01.08.03	Outros	1.230	293.705
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	49	292.631
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.181	1.074
1.02	Ativo Não Circulante	1.093.884	761.143
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	605.948	286.221
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.651	17.572
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.651	17.572
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1	477
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	591.551	267.626
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	591.551	267.626
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	745	546
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	745	546
1.02.03	Imobilizado	2.494	2.344
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.494	2.344
1.02.04	Intangível	485.442	472.578
1.02.04.01	Intangíveis	485.442	472.578
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	485.442	472.578

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.207.029	1.170.957
2.01	Passivo Circulante	380.122	380.290
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.166	3.268
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.166	3.268
2.01.02	Fornecedores	16.554	20.739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.554	20.739
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	11.357	13.413
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	5.197	7.326
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.542	16.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.464	14.108
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.101	11.629
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.624	1.721
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	739	758
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.078	2.142
2.01.03.03.01	ISS	2.078	2.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	273.934	269.816
2.01.04.02	Debêntures	273.934	269.816
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	273.934	269.816
2.01.05	Outras Obrigações	18.962	16.293
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.000	3.662
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.989	2.261
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.011	1.401
2.01.05.02	Outros	14.962	12.631
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	8.988	8.990
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	856	1.629
2.01.05.02.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	5.118	2.012
2.01.06	Provisões	48.964	53.924
2.01.06.02	Outras Provisões	48.964	53.924
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	48.964	53.924
2.02	Passivo Não Circulante	616.655	623.623
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	576.681	571.478
2.02.01.02	Debêntures	576.681	571.478
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	576.681	571.478
2.02.02	Outras Obrigações	12.304	16.314
2.02.02.02	Outros	12.304	16.314
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	12.304	16.314
2.02.04	Provisões	27.670	35.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.414	3.359
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.137	1.983
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.277	1.376
2.02.04.02	Outras Provisões	24.256	32.472
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	24.256	32.472
2.03	Patrimônio Líquido	210.252	167.044
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152
2.03.04	Reservas de Lucros	35.907	58.892
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	14.276	37.261
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	66.193	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	116.598	219.975	111.309	209.794
3.01.01	Receita dos Serviços	116.598	219.975	111.309	209.794
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.127	-90.151	-48.194	-94.300
3.02.01	Custos dos Serviços	-49.127	-90.151	-48.194	-94.300
3.03	Resultado Bruto	67.471	129.824	63.115	115.494
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.055	-12.391	-6.300	-11.176
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.112	-12.483	-6.758	-11.452
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-5.711	-11.468	-6.293	-10.450
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-404	-1.015	-465	-991
3.04.02.03	Despesas Tributárias	3	0	0	-11
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	57	92	458	276
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	57	92	458	276
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	61.416	117.433	56.815	104.318
3.06	Resultado Financeiro	-4.598	-11.424	-7.326	-18.862
3.06.01	Receitas Financeiras	19.177	41.297	32.848	64.890
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.775	-52.721	-40.174	-83.752
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	56.818	106.009	49.489	85.456
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.928	-33.794	-15.990	-27.457
3.08.01	Corrente	-16.288	-29.873	-15.327	-29.105
3.08.02	Diferido	-1.640	-3.921	-663	1.648
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.890	72.215	33.499	57.999
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.890	72.215	33.499	57.999
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	8,93554	16,59243	7,69688	13,32610
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	8,93554	16,59243	7,69688	13,32610

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	38.890	72.215	33.499	57.999
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.890	72.215	33.499	57.999

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	122.209	113.132
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	120.990	115.388
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	72.215	57.999
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	18.477	14.757
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	0	405
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	211	2.121
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-36.866	-53.004
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	46.945	74.501
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	2.411	2.774
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	512	-69
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	13.164	17.552
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social	3.921	-1.648
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.219	-2.256
6.01.02.02	Contas à Receber	-529	-257
6.01.02.03	Outros Créditos	-7	-147
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-311	3.919
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	548	-1.678
6.01.02.06	Fornecedores	-4.010	-746
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	138	307
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	294	309
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-102	39
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	29.253	16.681
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-23.193	-19.997
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	-186	1.548
6.01.02.13	Credores pela Concessão	-13	-5
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-457	-245
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-199	-62
6.01.02.16	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-7	-1.922
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.161	-46.350
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-400	-380
6.02.02	Aquisição de Intangível	-61.761	-45.970
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.573	-111.026
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-38.365	-54.795
6.03.07	Pagamento de Dividendos	-22.985	-47.118
6.03.08	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-2.013	-5.323
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-4.210	-3.790
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.525	-44.244
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.312	177.247
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.787	133.003

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.985	-6.022	0	-29.007
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.985	0	0	-22.985
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.022	0	-6.022
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.215	0	72.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.215	0	72.215
5.07	Saldos Finais	108.152	0	35.907	66.193	0	210.252

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	52.872	0	0	161.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	52.872	0	0	161.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.241	-20.107	0	-51.348
5.04.06	Dividendos	0	0	-31.241	-15.877	0	-47.118
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.230	0	-4.230
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.999	0	57.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.999	0	57.999
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	37.892	0	167.675

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	238.134	226.690
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.145	187.244
7.01.02	Outras Receitas	34.989	39.446
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	31.146	36.071
7.01.02.02	Receitas Acessórias	3.843	3.375
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-67.321	-75.122
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.468	-9.929
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.851	-5.611
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.866	-1.516
7.02.04	Outros	-49.136	-58.066
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-31.146	-36.071
7.02.04.02	Custo da Concessão	-4.826	-4.443
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-13.164	-17.552
7.03	Valor Adicionado Bruto	170.813	151.568
7.04	Retenções	-18.477	-14.757
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.477	-14.757
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	152.336	136.811
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.451	65.347
7.06.02	Receitas Financeiras	41.297	64.890
7.06.03	Outros	154	457
7.06.03.01	Juros capitalizados	154	457
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	193.787	202.158
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	193.787	202.158
7.08.01	Pessoal	16.031	15.008
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.675	11.892
7.08.01.02	Benefícios	2.491	2.326
7.08.01.03	F.G.T.S.	865	790
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.848	47.137
7.08.02.01	Federais	43.492	37.608
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	10.354	9.526
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.693	82.014
7.08.03.01	Juros	46.945	74.505
7.08.03.02	Aluguéis	769	822
7.08.03.03	Outras	3.979	6.687
7.08.03.03.01	Outras remunerações	3.825	6.230
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	154	457
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.215	57.999
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.022	4.230
7.08.04.02	Dividendos	0	15.877
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	66.193	37.892



Araras, 09 de agosto – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado do segundo trimestre de 2017, período encerrado em 30 de junho de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 2T17 foi de 15,6 milhões de veículos equivalentes, mantendo-se estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior (queda de 0,3%). Tal situação reflete a recuperação, ainda que lenta, da economia do país.
- Em relação ao 1T17, a Companhia apresentou aumento de 6,5%, refletindo uma retomada da economia brasileira.

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 2T17 de R\$ 125,9 milhões, apresentando um aumento de R\$ 6,1 milhões ou 5,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo o principal motivo o crescimento de 9,6%, ou R\$9,1 milhões na receita de pedágio reflexo do reajuste das tarifas de pedágio realizado em julho/16 em 9,2%, compensados pela queda de tráfego conforme mencionado acima, compensados com a redução de R\$ 3,3 milhões (14,4%) em receitas de obras em função da realização a maior em razão do andamento das obras da marginal de Itapira (km 46+250), compensados com valores realizados a menor em sistemas de controle de tráfego e duplicação da SP147 km 64+800 ao km 85+700
- Quando comparada ao 1T17, a Companhia apresentou retração de R\$ 13,8 milhões ou 12,3%, justificados pelo aumento do tráfego conforme citado acima e aumento nas receitas de obras em razão do andamento das obras da marginal de Itapira (km 46+250).

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais:

- Os custos e despesas totais no 2T17 (excluído depreciação e amortização) diminuíram R\$ 1,2 milhões ou 2,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior justificados principalmente pela variação em custos de construção devido a realização a maior em razão do andamento das obras da marginal de Itapira (km 46+250), compensados com valores realizados a menor em sistemas de controle de tráfego e duplicação da SP147 km 64+800 ao km 85+700
- Em relação ao 1T17, os custos e despesas aumentaram R\$ 7,7 milhões, impulsionados principalmente pelos custos de serviços de construção em razão do andamento das obras da marginal de Itapira (km 46+250)

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA e EBITDA ajustado aumentaram 10,2% e 10,9% respectivamente em relação ao mesmo período do ano anterior, justificados principalmente pelo aumento na receita de pedágio.
- O EBITDA e EBITDA ajustado aumentaram 8,5% e 8,6% respectivamente em relação ao 1T17, justificados principalmente pelo aumento na receita de pedágio.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 4,6 milhões, representando uma queda de 32,6% em relação ultimo trimestre. Essa variação está relacionada aos valores realizados a menor em despesas financeiras devido à amortização de juros da 3ª e 4ª emissão de debêntures (série 1).

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$ 38,9 milhões no 2T17, apresentando um aumento de 16,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e 16,7% em relação ao 1T17, em razão das variações previamente apresentadas.

Comentário do Desempenho

Endividamento:

- A Intervias encerrou o 2T17 com um endividamento bruto de R\$ 850,6 milhões contra R\$ 839,2 milhões no trimestre anterior, devido aos juros incorridos no período referente aos contratos de debentures.
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$ 757,1 milhões no 1T17 para R\$ 781,8 milhões no 2T17, apresentando uma redução de R\$ 24,7 milhões decorrentes da redução de caixa e equivalente de caixa devido aos desembolsos realizados no período para pagamento de debentures e dividendos.

Investimentos:

- Foram investidos R\$21,6 milhões no 2T17 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$17,2 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas), dentre outras.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	15.597.676	14.641.527	15.644.671	6,5%	-0,3%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	125.899	112.143	119.793	12,3%	5,1%
Receitas de pedágio	104.687	98.458	95.540	6,3%	9,6%
Receitas de obras	19.374	11.772	22.643	64,6%	-14,4%
Receitas acessórias	1.838	1.913	1.610	-3,9%	14,2%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(9.301)	(8.766)	(8.484)	6,1%	9,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	116.598	103.377	111.309	12,8%	4,8%
CUSTOS E DESPESAS	(45.860)	(38.205)	(47.101)	20,0%	-2,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.649)	(13.910)	(12.431)	-1,9%	9,8%
Custo dos serv. de construção	(19.374)	(11.772)	(22.643)	64,6%	-14,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.610)	(5.663)	(6.218)	-0,9%	-9,8%
Remuneração da administração	(404)	(611)	(465)	-33,9%	-13,1%
Despesas tributárias	3	(3)	-	-200,0%	-
Provisão para manutenção em rodovias	(6.883)	(6.281)	(5.802)	9,6%	18,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	57	35	458	62,9%	-87,6%
EBITDA	70.738	65.172	64.208	8,5%	10,2%
Margem EBITDA	60,7%	63,0%	57,7%	-3,8%	5,2%
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(9.322)	(9.155)	(7.393)	1,8%	26,1%
Depreciação de imobilizado	(101)	(94)	(75)	7,4%	34,7%
Amortização do intangível	(9.221)	(9.061)	(7.318)	1,8%	26,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(4.598)	(6.826)	(7.326)	-32,6%	-37,2%
Receitas financeiras	19.177	22.120	32.848	-13,3%	-41,6%
Despesas financeiras	(23.775)	(28.946)	(40.174)	-17,9%	-40,8%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	56.818	49.191	49.489	15,5%	14,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(17.928)	(15.866)	(15.990)	13,0%	12,1%
Corrente	(16.288)	(13.585)	(15.327)	19,9%	6,3%
Diferido	(1.640)	(2.281)	(663)	-28,1%	147,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	38.890	33.325	33.499	16,7%	16,1%

EBITDA AJUSTADO

(em R\$ Mil)

	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
EBITDA ¹	70.738	65.172	64.208	8,5%	10,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	6.883	6.281	5.802	9,6%	18,6%
EBITDA Ajustado ²	77.621	71.453	70.010	8,6%	10,9%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre e
Período de Seis meses Findos em 30 de junho de
2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIASNOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 01 de abril de 2028.

Em 11 de novembro de 2015, a Arteris S.A., controladora da Sociedade, transferiu ações representativas a 49% do capital social da Sociedade para sua subsidiária Arteris Participações S.A. Não houve alteração no controle da Sociedade em decorrência desse evento.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país

Notas Explicativas

INTERVIAS

para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$266.977 (Em 31 de dezembro de 2016 o ativo circulante superava o passivo circulante em R\$29.524).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 09 de agosto de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 30 de junho de 2017, o montante de R\$314.560 (R\$325.051 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$92.658 (R\$118.894 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$20.026.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.661	2.100
Aplicações financeiras (*)	<u>67.126</u>	<u>74.212</u>
Total	<u><u>68.787</u></u>	<u><u>76.312</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 103,90% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	20.616	19.113
Cupons de pedágio a receber	696	659
Cartões de pedágio a receber	<u>-</u>	<u>1.011</u>
Total	<u><u>21.312</u></u>	<u><u>20.783</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2017 e de em 31 de dezembro de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas

INTERVIAS

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes ao período findo em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.818	106.009	49.489	85.456
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(19.318)	(36.043)	(16.826)	(29.055)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	1.011	2.047	766	1.438
Outras diferenças permanentes	379	202	70	160
Total	<u>(17.928)</u>	<u>(33.794)</u>	<u>(15.990)</u>	<u>(27.457)</u>
Despesa contabilizada	(17.928)	(33.794)	(15.990)	(27.457)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(16.288)	(29.873)	(15.327)	(29.105)
Diferido	(1.640)	(3.921)	(663)	1.648
	<u>(17.928)</u>	<u>(33.794)</u>	<u>(15.990)</u>	<u>(27.457)</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Provisão de participação nos lucros	509	1.062
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	3.414	3.359
Outras Provisões	6	-
Provisão para manutenção de rodovias	73.220	86.396
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	-	(23.314)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	-	3.558
Base de cálculo ativa	77.149	71.061
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>26.231</u>	<u>24.161</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(13.867)	(14.523)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(4.262)	(4.855)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.314)	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.445	-
Base de cálculo passiva	(36.998)	(19.378)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(12.579)</u>	<u>(6.589)</u>
Base de cálculo	<u>40.151</u>	<u>51.683</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>13.651</u>	<u>17.572</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

INTERVIAS

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	5.042
2018	10.084
2019	10.084
2020	126
Após 2021	895
	26.231

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Total
<u>Custo do imobilizado</u>		
Saldo em 31.12.2016	5.783	5.783
Adições	400	400
Transferências/Reclassificações	(55)	(55)
Alienações/baixas	(89)	(89)
Saldo em 30.06.2017	6.039	6.039
<u>Depreciação acumulada</u>		
Saldo em 31.12.2016	(3.439)	(3.439)
Depreciações	(195)	(195)
Alienações/baixas	89	89
Saldo em 30.06.2017	(3.545)	(3.545)
<u>Imobilizado líquido</u>		
Saldo em 31.12.2016	2.344	2.344
Saldo em 30.06.2017	2.494	2.494
Taxas de depreciação - a.a.	10%	

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>		
Saldo em 31.12.2015	4.199	4.199
Adições	380	380
Saldo em 30.06.2016	<u>4.579</u>	<u>4.579</u>
<u>Depreciação acumulada</u>		
Saldo em 31.12.2015	(3.060)	(3.060)
Depreciações	(146)	(146)
Saldo em 30.06.2016	<u>(3.206)</u>	<u>(3.206)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>		
Saldo em 31.12.2015	1.139	1.139
Saldo em 30.06.2016	1.373	1.373
Taxas de depreciação - a.a.	10%	

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2016	764.089	28.434	60.152	3.026	73.817	929.518
Adições	16.779	-	-	101	14.211	31.091
Transferências/Reclassificações	55	-	-	-	-	55
Saldo em 30.06.2017	<u>780.923</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>3.127</u>	<u>88.028</u>	<u>960.664</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2016	(402.173)	(16.751)	(36.991)	(1.025)	-	(456.940)
Amortizações	(16.726)	(413)	(1.052)	(92)	-	(18.282)
Saldo em 30.06.2017	<u>(418.899)</u>	<u>(17.164)</u>	<u>(38.043)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>-</u>	<u>(475.222)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	361.916	11.683	23.161	2.001	73.817	472.578
Saldo em 30.06.2017	<u>362.025</u>	<u>11.271</u>	<u>22.109</u>	<u>2.010</u>	<u>88.028</u>	<u>485.442</u>
Taxas de amortização - a.a.	5,00%	3,00%	5,00%	3,00%		

Notas Explicativas

	INTERVIAS					
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2015	697.042	28.434	60.152	2.871	62.795	851.294
Adições	10.296	-	-	-	25.775	36.071
Transferências / Reclassificações	(15.119)	-	-	-	15.119	-
Alienações/baixas	(1.149)	-	-	-	-	(1.149)
Saldo em 30.06.2016	<u>691.070</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.871</u>	<u>103.689</u>	<u>886.216</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(373.817)	(16.278)	(34.885)	(857)	-	(425.837)
Amortizações	(13.370)	(109)	(1.051)	(81)	-	(14.611)
Alienações/baixas	744	-	-	-	-	744
Saldo em 30.06.2016	<u>(386.443)</u>	<u>(16.387)</u>	<u>(35.936)</u>	<u>(938)</u>	<u>-</u>	<u>(439.704)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	323.225	12.156	25.267	2.014	62.795	425.457
Saldo em 30.06.2016	304.627	12.047	24.216	1.933	103.689	446.512
Taxas de amortização - a.a.	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2017 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$154 (R\$457 em 30 de junho de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 0,17% a.a. e 0,47% a.a. em 2016.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

10. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	30.06.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	274.893	577.447	270.943	572.664
Custo de transação	(959)	(766)	(1.127)	(1.186)
Total	273.934	576.681	269.816	571.478

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016
3ª emissão	60.000	CDI + 1,09% a.a.	set/18	414.146	417.318
4ª emissão - 1ª Série	15.000	CDI + 1,10% a.a.	out/19	153.469	154.401
4ª emissão - 2ª Série	22.500	PCA + 5,96% a.a	out/19	284.725	271.888
				<u>852.340</u>	<u>843.607</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
3ª emissão	23.09.2013	600.000	10	07.10.2013	601.805
4ª emissão 1ª Série	15.10.2014	150.000	10	05.11.2014	151.025
4ª emissão 2ª Série	15.10.2014	225.000	10	05.11.2014	226.615
		<u>975.000</u>			<u>979.445</u>

As debêntures da Sociedade não apresentam garantias.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do grupo.

Em 30 de junho de 2017, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Notas Explicativas

INTERVIAS

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	304.006
2019	<u>273.441</u>
	<u><u>577.447</u></u>

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros.

Em 30 de junho de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 30 de junho de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	-	292.588
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	8	5
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (a)	41	38
Total	<u>49</u>	<u>292.631</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	281.788	267.626
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	309.763	-
Total	<u>591.551</u>	<u>267.626</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.011	1.401
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	117	210
Vianorte S.A. (b)	370	263
Fernão dias S.A. (a)	16	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	2.486	1.788
	<u>4.000</u>	<u>3.662</u>
<u>Controladora</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	2.610	1.026
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris Participações S.A.	2.508	986
Total	<u>5.118</u>	<u>2.012</u>
Total	<u>9.118</u>	<u>5.674</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	TRIMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	17.290	(3.343)	-	27.342	(2.843)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(4.114)	-	-	(3.729)	-	-
Total	<u>(4.114)</u>	<u>17.290</u>	<u>(3.343)</u>	<u>(3.729)</u>	<u>27.342</u>	<u>(2.843)</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	PERÍODO DE SEIS MESES					
	30.06.2017			30.06.2016		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	36.866	(6.680)	-	53.004	(5.344)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(7.150)	-	-	(7.462)	-	-
Total	<u>(7.150)</u>	<u>36.866</u>	<u>(6.680)</u>	<u>(7.462)</u>	<u>53.004</u>	<u>(5.344)</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

- (a) Refere-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (d) Refere-se a 4ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescentado do spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de junho de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	25.09.2019	CDI + 2,0% a.a.	240.000	69.763	240.000	52.588
			<u>240.000</u>	<u>69.763</u>	<u>240.000</u>	<u>52.588</u>

- (e) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,40% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.08.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	33.517	1.791	33.517	31
18.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	28.518	2.465	28.518	921
04.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.216	8.000	9.308
17.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	52.000	65.910	52.000	60.032
19.02.2015	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	60.000	19.371	60.000	15.299
			<u>182.035</u>	<u>99.753</u>	<u>182.035</u>	<u>85.591</u>

Além das operações acima mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$6.329 (R\$2.922 em 30 de junho de 2016).

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos de 30 de junho de 2017, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$193 e R\$363 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$211 e R\$652 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$404 e R\$1.015 (R\$465 e R\$991, respectivamente, em 30 de junho de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária Extraordinária de

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

31 de março de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$509 e R\$1.062.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de renda	9.763	7.709
Contribuição social	4.338	3.920
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	484	389
Programa de integração social - PIS	278	291
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.346	1.430
Tributos federais retidos	255	369
Impostos sobre serviços - ISS	2.078	2.142
Total	<u>18.542</u>	<u>16.250</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Circulante				
Direito de outorga	8.331	8.319	8.553	8.543
Parcela variável (a)/(b)	657	671	657	671
Total	8.988	8.990	9.210	9.214
	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Não circulante				
Direito de outorga	12.304	16.314	13.452	18.052
Total	12.304	16.314	13.452	18.052

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

(b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2017 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	19	31

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2017 ao Poder Concedente foi de R\$8.178 (R\$4.210 de parcela fixa e R\$3.968 de parcela variável).

Em 30 de junho de 2017, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	3.989
2019	7.691
2020	624
	<u>12.304</u>

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2017</u>
Cíveis	1.376	642	(520)	(221)	1.277
Trabalhistas	1.983	617	(227)	(236)	2.137
Total	<u>3.359</u>	<u>1.259</u>	<u>(747)</u>	<u>(457)</u>	<u>3.414</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2016</u>
Cíveis	1.129	598	(225)	(199)	1.303
Trabalhistas	1.283	154	(596)	(46)	795
Total	<u>2.412</u>	<u>752</u>	<u>(821)</u>	<u>(245)</u>	<u>2.098</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.795 em 30 de junho de 2017 (R\$3.122 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

INTERVIAS

Os depósitos judiciais no montante de R\$745 (R\$546 em 31 de dezembro de 2016), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão de investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2016	53.924	32.472
Adições/Reversões	-	13.164
Utilizações	(28.751)	-
Ajuste a valor presente	-	2.411
Transferências	23.791	(23.791)
Saldos em 31.03.2017	<u>48.964</u>	<u>24.256</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2015	41.787	56.640	1.081
Adições	-	17.552	-
Utilizações	(16.188)	-	(660)
Ajuste a valor presente	-	3.195	(421)
Transferências	22.180	(22.180)	-
Saldo em 30.06.2016	<u>47.779</u>	<u>55.207</u>	<u>-</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$33.909 (R\$16.820 em 30 de junho de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$108.710, compostos por 4.352.285 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$108.152, que representam 4.321.025 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2017, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$22.985, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 30 de junho 2017 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.022, o qual incide a quantia de R\$904, referente ao imposto de renda retido na fonte, sendo o saldo líquido em R\$5.118.

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	104.687	203.145	95.540	187.244
Receita de serviços de construção	19.374	31.146	22.643	36.071
Outras receitas	1.838	3.751	1.610	3.099
	<u>125.899</u>	<u>238.042</u>	<u>119.793</u>	<u>226.414</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

Notas Explicativas**INTERVIAS**

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	125.899	238.042	119.793	226.414
ISSQN	(5.314)	(10.322)	(4.848)	(9.498)
PIS	(710)	(1.379)	(647)	(1.268)
COFINS	(3.277)	(6.366)	(2.989)	(5.854)
Receita líquida	<u>116.598</u>	<u>219.975</u>	<u>111.309</u>	<u>209.794</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(3.079)	(6.017)	(3.446)	(5.606)
Serviços de terceiros	(435)	(1.054)	(572)	(1.096)
Manutenção de bens e conservação	(590)	(1.043)	(375)	(716)
Depreciação / Amortização	(101)	(195)	(75)	(146)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(320)	(512)	(556)	69
Comunicação e marketing	(326)	(536)	(378)	(541)
Seguros/Garantias	(12)	(8)	(6)	(10)
Consumo	(371)	(735)	(428)	(848)
Transportes	(104)	(227)	(161)	(325)
Indenizações a Terceiros	(21)	(169)	120	(458)
Outros	(352)	(972)	(416)	(773)
Total	<u>(5.711)</u>	<u>(11.468)</u>	<u>(6.293)</u>	<u>(10.450)</u>

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(19.374)	(31.146)	(22.643)	(36.071)
Com pessoal	(4.886)	(9.000)	(4.438)	(8.412)
Serviços de terceiros	(1.952)	(3.855)	(1.814)	(3.708)
Conservação	(2.748)	(6.629)	(2.309)	(6.237)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(298)	(507)	(334)	(605)
Consumo	(443)	(890)	(510)	(1.005)
Transportes	(881)	(1.775)	(781)	(1.610)
Custos com poder concedente	(2.016)	(3.955)	(1.817)	(3.548)
Seguros / Garantias	(435)	(871)	(405)	(895)
Provisão de manutenção em rodovias	(6.883)	(13.164)	(5.802)	(17.552)
Depreciação / Amortização	(9.014)	(17.869)	(7.263)	(14.501)
Amortização Outorga	(207)	(413)	(55)	(110)
Outros	10	(77)	(23)	(46)
Total	<u>(49.127)</u>	<u>(90.151)</u>	<u>(48.194)</u>	<u>(94.300)</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.**19. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.857	4.401	5.506	11.697
Juros ativos	17.290	36.866	27.342	53.004
Outras receitas	30	30	-	189
Total	<u>19.177</u>	<u>41.297</u>	<u>32.848</u>	<u>64.890</u>

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(21.336)	(46.945)	(36.177)	(75.256)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.157)	(2.411)	(1.184)	(2.774)
Atualização montária do ônus da concessão	236	(211)	(988)	(2.121)
Outras despesas	<u>(1.518)</u>	<u>(3.154)</u>	<u>(1.825)</u>	<u>(3.601)</u>
Total	<u>(23.775)</u>	<u>(52.721)</u>	<u>(40.174)</u>	<u>(83.752)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	7.514	12.531
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	5.118	3.782
Juros capitalizados	154	457
	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(38.338)	(22.887)

Notas Explicativas**INTERVIAS****21. LUCRO POR AÇÃO**

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do período	38.890	72.215	33.499	57.999
Número de ações durante período	4.352	4.352	4.352	4.352
Lucro por ação	<u>8,9355</u>	<u>16,5924</u>	<u>7,6969</u>	<u>13,3261</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.06.2017			31.12.2016		
		Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	68.787	-	-	76.312	-	-
Partes relacionadas	Nível2	-	591.600	-	-	560.257	-
Contas a receber clientes	Nível2	-	21.312	-	-	20.783	-
Outras contas a receber	Nível2	-	1.826	-	-	1.620	-
Fornecedores e cauções	Nível2	-	-	16.554	-	-	20.739
Debêntures	Nível2	-	-	850.615	-	-	841.294
Partes relacionadas	Nível2	-	-	9.118	-	-	5.674
Credores pela concessão	Nível2	-	-	21.292	-	-	25.304
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	856	-	-	1.629
		<u>68.787</u>	<u>614.738</u>	<u>898.435</u>	<u>76.312</u>	<u>582.660</u>	<u>894.640</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.

Notas Explicativas

INTERVIAS

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(35.193)	(42.726)	(50.167)
Receita de aplicações financeiras	5.928	7.410	8.892
Receita financeira de mútuo (*)	58.323	70.877	83.399
Juros a incorrer líquido(*)	29.058	35.562	42.125
IPCA	3,46%	4,33%	5,19%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(25.625)	(28.064)	(30.503)
Juros a incorrer líquido(*)	(25.625)	(28.064)	(30.503)
Juros a incorrer (*)	3.433	7.498	11.622

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$20.616 (R\$19.113 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017	2018	2019	2020	Total
Debêntures - CDI	11,30%	278.098	282.762	55.971	-	616.831
Debêntures - IPCA	9,10%	-	21.787	329.817	-	351.604
Credores pela concessão	4,90%	4.276	8.223	7.589	607	20.695
Fornecedores e cauções	0,00%	12.982	3.244	-	-	16.226
Outras contas a pagar	0,00%	1.113	-	-	-	1.113
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	4.000	-	-	-	4.000
		<u>300.469</u>	<u>316.016</u>	<u>393.377</u>	<u>607</u>	<u>1.010.469</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	Total
Debêntures - CDI	11,30%	219.827	58.271	9.648	4.735	292.481
Debêntures - IPCA	9,10%	-	-	21.788	-	21.788
Credores pela concessão	4,90%	2.138	2.138	2.138	2.138	8.552
Fornecedores e cauções	0,00%	12.036	946	904	2.340	16.226
Outras contas a pagar	0,00%	1.113	-	-	-	1.113
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	4.000	-	-	-	4.000
		<u>239.114</u>	<u>61.355</u>	<u>34.478</u>	<u>9.213</u>	<u>344.160</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

INTERVIAS

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	24.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	179.006
(*) Por sinistro		

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de julho de 2017, foi aprovado pagamento de dividendos intermediários, referente aos lucros apurados no balanço de 31 de março de 2017, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$30.277.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. Araras - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 9 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de Junho de 2017.

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica